Demonstrações Financeiras

Dufrio Financeira, Crédito, Financiamento e Investimentos S.A.

30 de junho de 2022 com Relatório do Auditor Independente

Relatório da Administração

Senhores Acionistas.

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias submetemos à apreciação de V. Sas., as Demonstrações Financeiras e Relatório dos Auditores Independentes, correspondente ao semestre findo em 30 de junho de 2022, elaborados de acordo com as normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil.

Ao final do mês de junho/22 a financeira apresentava uma carteira ativa de R\$ 57.581 mil, perfazendo uma queda de 9,1% no período comparado ao fechamento de dezembro/2021. Sendo o principal impacto a redução da operação de Vendor com clientes da refrigeração. Com a redução da participação do produto Vendor de 71% em dez/21 para 63% em junho/22 e o aumento das taxas de juros, nosso spread médio subiu de 0,9% em dez/21 para 1,2% em junho/22.

Os ativos sujeitos ao risco em 30/06/22 representavam 53,9% da capacidade de alavancagem de financeira, com um Índice de Basiléia de 48,57%. Evidenciando a possibilidade de captação adicional de R\$ 106 milhões para realização e operações de crédito.

As perdas com clientes aumentaram ao longo do semestre, resultado do impacto de operação liberadas antes da unificação do processo de crédito do grupo econômico e da adequação do nível de risco da instituição. A sincronia da análise de crédito entre as empresas do grupo irá garantir um nível de perdas com clientes na operação financeira alinhado com a expectativa do dos acionistas.

A financeira registrou no 1º semestre de 2022 uma receita com intermediação financeira de R\$ 9.352 mil, 69% superior ao 2º semestre de 2021. Este crescimento casado com o controle das despesas resultou em incremento do resultado acumulado do semestre de R\$ 88 mil no 2º semestre de 2021 para R\$ 956 mil no 1º semestre de 2022.

No 2º trimestre deste ano tivemos uma alteração na diretoria da financeira. A entrada do Sr. Filipe Corbetta Antunes da Cunha como diretor operacional da instituição, substituindo o Sr. André Pereira. O momento foi de revisão da estratégia de negócios. O foco será cada vez mais atender clientes e fornecedores da refrigeração Dufrio, com soluções financeiras, alavancando as vendas. Os principais produtos explorados nesse plano são o CDC, em especial para projetos, e a antecipação de recebíveis de fornecedores. Desta forma a instituição está alinhada com seu o propósito de fortalecimento do ecossistema Dufrio.

A Administração.

Porto Alegre, 30 de agosto de 2022.

Demonstrações financeiras

30 de junho de 2022

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	1
Balanços patrimoniais	2
Demonstrações dos resultados	
Demonstrações dos resultados abrangentes	
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	
Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto	
Notas explicativas às demonstrações financeiras	
ı	



Iguatemi Business Avenida Nilo Peçanha, 2.900 9º andar - Chácara das Pedras 91.330-001- Porto Alegre - RS - Brasil

Tel: +55 51 3204-5500 ev.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e acionistas da **Dufrio Financeira, Crédito, Financiamento e Investimentos S.A.** Porto Alegre - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras Dufrio Financeira, Crédito, Financiamento e Investimentos S.A. ("Financeira"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2022 e a respectiva demonstração do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Dufrio Financeira, Crédito, Financiamento e Investimentos S.A. em 30 de junho de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação a Financeira, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.



Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Financeira continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Financeira ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Financeira são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.



- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Financeira.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Financeira. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Financeira a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 30 de agosto de 2022.

ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S. CRC SP-015199/F

Américo F. Ferreira Neto Contador CRC-1SP192685/O-9

Balanços patrimoniais 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais)

	Nota	30/06/2022	31/12/2021
Ativo Circulante		60 F70	60.240
	4	69.572 617	60.318 138
Disponibilidades Aplicações interfinanceiras de liquidez	4 5	17.173	7.038
Instrumentos financeiros	Э	51.657	53.080
Operações de crédito	6	54.158	54.667
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	6	(2.501)	(1.587)
Partes relacionadas	7	31	34
Outros ativos	,	94	28
Não circulante		5.872	10.648
Realizável a longo prazo	•	5.727	10.480
Instrumentos financeiros	•	-	8.528
Operações de crédito	6	3.647	8.708
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	6	-	(180)
Créditos tributários	3	2.080	1.95Ź
Imobilizado	9	46	53
Intangível	9	99	115
Total do ativo		75.444	70.966
Passivo			
Circulante		47.571	42.886
Depósitos a prazo	12	40.638	40.792
Fiscais e previdenciárias	10	149	172
Provisões para pagamentos a efetuar	11	177	209
Imposto de renda e contribuição social a pagar		302	
Partes relacionadas	7	6.223	1.593
Outros passivos	8	82	120
Não circulante		-	1.007
Outros credores		-	1.007
Patrimônio líquido	13	27.873	27.073
Capital social		30.000	30.000
Prejuízos acumulados		(2.127)	(2.927)
Total do passivo e patrimônio líquido		75.444	70.966
•			

Demonstrações dos resultados Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto resultado por ação)

	Nota	30/06/2022	30/06/2021
Receitas da intermediação financeira	14	7.944	1.873
Operações de crédito	•	7.623	1.848
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		321	25
Despesas da intermediação financeira		(4.109)	(1.207)
Operações de captação no mercado	14	(2.706)	(762)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(1.403)	(445)
Resultado bruto da intermediação financeira		3.835	666
Outras despesas operacionais		(2.647)	(1.615)
Despesas de pessoal	15	(1.084)	(804)
Despesas gerais e administrativas	16	(1.251)	(710)
Despesas tributárias	17	(244)	(52)
Outras despesas operacionais	18	(68)	(49)
Resultado operacional antes da tributação		1.188	(950)
Imposto de renda e contribuição social corrente	3	(518)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3	130	380
Lucro (Prejuízo) do semestre		800	(570)
Quantidade de ações no final do semestre		35.000	35.000
Resultado por ações - R\$		0,0229	(0,0163)

Demonstrações dos resultados abrangentes Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

	30/06/2022	30/06/2021
Prejuízo do semestre Outros resultados abrangentes	800	(570)
Resultado abrangente do semestre	800	(570)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

	Capital	social	_		
	Integralizado A realizar		Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido	
Saldos em 30 de junho 2021	10.000	20.000	(2.497)	27.503	
Aumento de capital - AGE 08/06/2021 homologado 02/08/2021 Prejuízo do exercício Saldos em 31 de dezembro 2021	20.000	-	- (999) (2.927)	20.000 (999) 27.073	
Lucro do semestre	-	-	800	800	
Saldos em 30 de junho de 2022	30.000	-	(2.127)	27.873	
Mutações no semestre		-	800	800	

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

_	30/06/2022	30/06/2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais Prejuízo do semestre	800	(570)
Ajustes ao lucro líquido antes dos impostos Depreciação e amortização Crédito tributário Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	22 (129) 734	21 (380) 445
Variação de ativos e passivos Relações interfinanceiras Operações de crédito Resultado de outros credores Partes relacionadas Outros ativos Depósitos a prazo Fiscais e previdenciárias Provisão para pagamentos a efetuar Partes relacionadas passivas Imposto de renda e contribuição social Outros passivos	5.570 (1.007) 3 (65) (153) (23) (33) 4.630 302 (37)	(20.000) (29.961) 406 - (23) 5.173 34 96 - (1.078)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) nas atividades operacionais	10.614	(45.193)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos Aquisição de imobilizado Aplicações no intangível	-	(44) (4)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	-	(48)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos Aumento de capital	-	20.000
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	-	20.000
Aumento (redução) de caixa e equivalentes	10.614	(25.345)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre (Nota 4)	7.176 17.790	28.236 2.891

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Dufrio Financeira, Crédito, Financiamento e Investimentos S.A ("Dufrio Financeira" "ou "Financeira"), com sede em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Avenida Soledade nº 550, sala 1002, Bairro Petrópolis, CEP 90.470-340, foi constituída em 07 de agosto de 2019 e está autorizada a funcionar como uma financeira por meio de despacho do Banco Central datado de 24 de junho de 2020, publicado no Diário Oficial da União em 29 de junho de 2020 e passou a operar como instituição financeira a partir dessa data. Desde o início de suas atividades, a Dufrio Financeira passou a dispor de mais agilidade e flexibilidade para gestão do braço financeiro do grupo Dufrio, podendo inclusive, oferecer novos produtos aos clientes, gerando maior relacionamento e interatividade com a marca Dufrio.

A Financeira tem por objeto a realização de operações de financiamento, a prazos médio e longo, para suprimentos de capital fixo ou de movimento, mediante a aplicação de recursos próprios e coleta, intermediação e aplicação de recursos de terceiros, assim como a administração de valores mobiliários e quaisquer outras atividades permitidas, isto é, a realização de todas as operações e serviços de previsão para instituições da espécie, contempladas na Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, segundo as normas editadas pelas autoridades competentes, ou que venham a ser permitidas por essas mesmas autoridades.

Em 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial de Saúde ("OMS") anunciou uma emergência de saúde global devido a um surto de Coronavírus (COVID-19) originário de Wuhan na China, atentando para os riscos na comunidade internacional, considerada a capacidade de o vírus se espalhar globalmente, indo além do seu ponto de origem. Em março de 2020, a OMS classificou o surto de COVID-19 como uma pandemia global.

A administração vem acompanhando as questões relacionadas a pandemia de Coronavírus (COVID-19) e devido à suas ações tomadas no sentido de preservar seus colaboradores e a continuidade de seus negócios, não sentiu impactos significativos nas suas operações. Ações tomadas ao longo de 2021 foram reforçadas ao longo de 2022 para que a Financeira pudesse se manter operando, tais como: fortalecimento da modalidade de trabalho via home office, sanitização diária das áreas de uso dos colaboradores que vão ao escritório, controle de entrada (medição de temperatura) e ainda disponibilização de álcool gel 70% em pontos físicos estratégicos.

Com as perspectivas de rebaixamento da pandemia para endemia devido aos esforços de vacinação no Brasil e controle da doença, a administração prevê retomar os trabalhos presenciais tão logo seja possível uma vez que a utilização dos recursos disponíveis na financeira deve alavancar o crescimento do Grupo Econômico ao qual está inserida.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 30 de junho de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

Vale destacar que a Financeira optou por se reestruturar formalmente enquanto Grupo no primeiro semestre de 2022 e vem promovendo sinergias entre as áreas de apoio que prestam serviço para todas as empresas do Grupo, nesse sentido a Dufrio Financeira foi afetada com a alocação de despesas do grupo nesse período e está chegando mais próximo ao seu ponto de equilíbrio. Vislumbramos a geração de lucros no final do próximo ano a depender dos esforços de utilização e aceitação dos produtos financeiros ofertados ao grupo.

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis

2.1. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), que consideram as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/76, e as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC aprovados pelo BACEN (CPC 01 (R1), 02 (R2), 03 (R2), 04 (R1), 05 (R1), 10 (R1), 23, 24, 25, 27, 33 (R1), 41 e 46 e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As presentes demonstrações financeiras de 30 de junho de 2022 refletem as alterações previstas na Resolução BCB nº 2/2020 emitida pelo Banco Central do Brasil e Resolução 4.818/2020 emitida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

As demonstrações financeiras são expressas em reais, que é a moeda funcional da Dufrio Financeira, Crédito, Financiamento e Investimentos S.A.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Financeira em 30 de agosto de 2022.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 30 de junho de 2022 (Em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis - Continuação

2.2. Descrição das principais políticas contábeis adotadas

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações interfinanceiras de liquidez cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

b) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

c) Títulos e valores mobiliários

Conforme estabelecido pela Circular nº 3.068/01 do BACEN, os títulos e valores mobiliários são classificados e mensurados subsequentemente da seguinte forma:

Títulos para negociação - são adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados e são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período e classificados como ativo circulante, independentemente do prazo de vencimento;

Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação ou como mantidos até o vencimento e são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários:

Títulos mantidos até o vencimento - são aqueles para os quais há a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. A capacidade financeira é definida em projeções de fluxo de caixa, descontando a possibilidade de venda desses títulos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 30 de junho de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis--Continuação

2.2. Descrição das principais políticas contábeis adotadas--Continuação

d) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 59 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 60° dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

e) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

f) Partes relacionadas

A divulgação de informações sobre as partes relacionadas é efetuada em consonância a Resolução CMN nº 3.750/09, que determinou a adoção do Pronunciamento Técnico - CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas.

g) Imobilizado de uso

Correspondem aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Financeira ou exercidos com essa finalidade, inclusive os bens decorrentes de operações que transfiram à Financeira os benefícios, riscos e controles desses bens. São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da depreciação acumulada e da provisão para perdas (*impairment*), quando aplicável.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 30 de junho de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis--Continuação

2.2. Descrição das principais políticas contábeis adotadas--Continuação

e) Imobilizado de uso--Continuação

A depreciação dos ativos imobilizado é calculada pelo método linear, que considera a vida útil dos bens estimada em sua utilidade econômica.

h) Intangível

Corresponde à direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção das atividades da Financeira ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de software, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, revisadas anualmente pela administração da Financeira.

i) Passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos incorridos em base "pro rata" dia, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

j) <u>Depósitos a prazo</u>

Os depósitos a prazo são compostos por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação.

k) Créditos tributários, impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 30 de junho de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis--Continuação

2.2. Descrição das principais políticas contábeis adotadas--Continuação

i) Créditos tributários, impostos e contribuições--Continuação

A provisão para imposto de renda - IRPJ é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro real, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro real excedente a R\$ 240 no ano (R\$ 120 no semestre). A provisão para a contribuição social - CSLL é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro real. Para o período de 01 de julho de 2021 até 31 de dezembro de 2021, a alíquota da CSLL foi majorada em 5% para a Financeira, em virtude da Medida Provisória 1.034/2021 (que foi aprovada pelo Senado Federal e convertida em Lei Ordinária 14.183/21 em 14 de julho de 2021), assim as alíquotas aplicáveis são de 20% até o dia 31 de dezembro de 2021 e de 15% a partir de 1º de janeiro de 2022.

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre a base de prejuízos são revisados a cada data de balanço e constituídos sobre adições e exclusões temporárias e com base na legislação vigente à data de sua constituição. A realização destes créditos tributários ocorrerá quando da efetiva utilização e/ou reversão dos valores sobre os quais foram constituídos.

A Financeira apresentou prejuízo fiscal no período, portanto nenhuma constituição de provisões para impostos correntes foi reconhecida.

I) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Item significativo sujeito a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

m) Resultado de outros credores

Valores recebidos nas operações de Vendor realizadas junto à Refrigeração Dufrio Comércio e Importação LTDA e são reconhecidas no resultado de acordo com o prazo do contrato.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 30 de junho de 2022 (Em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)

Apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis--Continuação

2.2. Descrição das principais políticas contábeis adotadas--Continuação

i) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões e passivos contingentes são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/09, com os critérios definidos na Deliberação CVM nº 594/2009, e consideram premissas definidas pela Administração e seus assessores legais, respeitando os seguintes conceitos:

- Ativos contingentes: trata-se de direitos potenciais decorrentes de eventos passados, cuja ocorrência depende de eventos futuros. São reconhecidos nas demonstrações financeiras apenas quando há evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, geralmente nos casos de ativos com garantias reais, decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos, ou quando existe confirmação da capacidade de recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível;
- Passivos contingentes: decorrem de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros e órgãos públicos em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e/ou previdenciária e outros riscos. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar obrigações, cujo montante possa ser estimado com suficiente segurança. As contingências são classificadas como: prováveis, para as quais são constituídas provisões; possíveis, são divulgadas em notas explicativas e sem constituição de provisões; e remotas, que não requerem provisão ou divulgação. O total das contingências é quantificado utilizando modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e ao valor.

As obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são derivadas de obrigações tributárias previstas na legislação, independentemente da probabilidade de sucesso de processos judiciais em andamento, que têm os seus montantes reconhecidos, conforme CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, integralmente nas demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis--Continuação

2.2. Descrição das principais políticas contábeis adotadas--Continuação

j) Resultado recorrente e não recorrente

Resultado recorrente é aquele que está relacionado com as atividades características da Financeira ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto o resultado não recorrente é aquele decorrente de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro.

k)Resultado por ação

O lucro líquido por ação é calculado em reais com base na quantidade de ações em circulação, na data dos balanços.

3. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos

a) Composição crédito tributário de imposto de renda e contribuição social

No resultado do exercício, os impostos diferidos foram constituídos sobre prejuízo fiscal e diferenças temporárias e estão assim desmembrados:

	30/06/2022	31/12/2021
Saldo no início do período	1.952	1.284
Crédito tributário oriundo de adições		
temporárias	358	619
Crédito tributário oriundo de prejuízo fiscal	(230)	49
Saldo no fim do período	2.080	1.952

Conforme a Resolução nº 4.842, art. 4, inciso I, as instituições recém constituídas podem efetuar o registro contábil de créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda, de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido se apresentarem expectativa de geração de lucros futuros para fins de imposto de renda e contribuição social, baseada em estudo técnico que demonstre a probabilidade de ocorrência de obrigações futuras com impostos e contribuições que permitam a realização do crédito tributário no prazo máximo de dez anos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos -- Continuação

b) Expectativa de realização dos créditos tributários

Em 30 de junho de 2022, a Financeira possui créditos tributários de imposto de renda e contribuição social, calculados com base nas alíquotas vigentes, conforme demonstrado anteriormente. Esses créditos estão registrados em "Impostos de renda e contribuição social diferidos" no longo prazo. Os principais fatores que fundamentaram a projeção de rentabilidade futura para os próximos anos são:

- (i) Crescimento da carteira de operações de créditos;
- (ii) Ganho de escala nas despesas operacionais em função do crescimento das receitas de financiamento, acarretando uma melhor otimização da estrutura administrativa.

A realização desses créditos tributários, no período estimado, depende da materialização dessas premissas na forma como projetadas. O estudo de realização do crédito tributário é realizado em periodicidade anual.

	Realização até			Realiza	ação - valor pi	resente
	IRPJ	CSLL	Saldo em 30/06/2022	IRPJ	CSLL	Total
Menos de 1 ano De 1 a 2 anos	508 792	305 475	813 1.267	441 687	265 412	706 1.099
Saldo no final do exercício	1.300	780	2.080	1.128	677	1.805

4. Caixas e equivalentes de caixa

O saldo de caixa e equivalentes de caixa é composto nesta data base pelos seguintes montantes:

	30/06/2022	31/12/2021
	A4=	400
Banco conta corrente – disponibilidades	617	138
Aplicações interfinanceiras - Cotas de fundos de renda fixa	17.173	7.038
Total	17.790	7.176

Para fins da demonstração do fluxo de caixa, inclui, conforme Resolução CMN nº 4.818/20 e CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, com prazo de vencimento, na data de aquisição, igual ou inferior a 90 dias.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez

As cotas de fundos de renda fixa registradas como carteira própria são valorizadas diariamente, através do valor da cota, divulgada pelo administrador do fundo no site da CVM e ANBIMA. O saldo mantido em cotas de fundos de investimentos é resgatável a qualquer momento.

	30/06/2022	31/12/2021
Aplicações interfinanceiras - Cotas de fundos de renda fixa	17.173	7.038
Total	17.173	7.038

De acordo com a Circular nº 3.068/01 do BACEN, os títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos para negociação estão apresentados no ativo circulante, independentemente do prazo de vencimento.

6. Operações de crédito

A composição da carteira de crédito e a constituição de provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito nos respectivos níveis de risco estão demonstradas a seguir:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

		30/06/2022				31/12/21
			A vencer			
	Vencidas	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total da carteira	Total da carteira
Operações de crédito Empréstimos e títulos	3.608	39.147	11.403	3.647	57.805	63.375
descontados	231	2.607	1.743	825	5.406	4.800
Financiamentos	3.377	36.540	9.660	2.822	52.399	58.575
Total - 2022	3.608	39.147	11.403	3.647	57.805	
Total – 2021	6.866	23.435	24.366	8.708	63.375	63.375
Total circulante					54.158	54.667
Total não circulante					3.647	8.708

6. Operações de crédito--Continuação

b) Composição da carteira por tipo de operação

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	30/06/2022	31/12/2021
Pessoa física	4.343	4.410
Pessoa jurídica	53.462	58.965
Total	57.805	63.375

c) Concentração das operações de crédito

	30/06/2022	%	31/12/2021	%
10 Maiores devedores	7.030	12,16	7.449	11,75
50 Devedores seguintes	10.424	18,03	10.991	17,34
100 Devedores seguintes	9.025	15,61	10.784	17,02
Demais	31.326	54,19	34.151	53,89
Total	57.805	100,00	63.375	100,00

d) Composição da carteira de créditos por níveis de risco e devidas provisões

Níveis de risco	% Provisão	Carteira 30/06/2022	Provisão 30/06/2022	Carteira 31/12/2021	Provisão 31/12/2021
٨	0.50	44.070	004	54.050	070
Α	0,50	44.870	224	54.056	270
В	1,00	7.699	77	4.599	46
С	3,00	1.655	50	2.103	63
D	10,00	868	87	786	79
E	30,00	451	135	398	119
F	50,00	576	288	200	100
G	70,00	153	107	478	335
Н	100,00	1.533	1.533	755	755
Total		57.805	2.501	63.375	1.767

e) Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão para operações de crédito foi movimentada pelos seguintes eventos:

	30/06/2022	31/12/2021
Saldo inicial	1.767	56
Constituição de provisão	1.661	1.824
Reversão de provisão	(258)	(25)
Subtotal	1.403	1.799
Créditos baixados como prejuízo	(669)	(88)
Saldo final	734	1.711

6. Operações de crédito--Continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Durante o semestre findo em 30 de junho de 2022, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 2.715 (não houve renegociações no mesmo período de 2021). A variação das perdas com credores somou R\$ 1.403 no resultado sendo desses R\$ 1.661, via constituição de provisões novas e R\$ 669 oriundos de créditos efetivamente baixados para resultado (sem impacto contábil devido à reversão da provisão constituída anteriormente).

7. Partes relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento à Resolução CMN nº 4.818, de 29/05/2020, e do Pronunciamento Técnico CPC 05. Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade.

a) Saldo ativo com partes relacionadas

	30/06/2022	31/12/2021
Valores a receber de sociedades ligadas	31	34
Total	31	34

Refere-se a valores a receber da parte relacionada Refrigeração Dufrio Comércio e Importação Ltda. - Dufrio, decorrente de despesas com serviços de consulta ao Serasa S.A que foram pagas pela Financeira.

20/06/2022

24/42/2024

b) Saldo passivo com partes relacionadas

	30/06/2022	31/12/2021
Depósitos a prazo – RDB	(1)	(1)
Valores a pagar de sociedade ligadas	(1.312)	(85 ²)
Pagamentos a processar	(3.904)	(740)
Total	(5.217)	(1.593)

7. Partes relacionadas--Continuação

c) Efeito das transações com partes relacionadas no resultado

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	30/06/2022	30/06/2021
Receita Ressarcimento despesas proteção ao crédito	31	-
Despesas Despesas com pessoas (Nota 15) Despesas Diretoria Despesas Viagens	(290) (52) (4)	(-)
Despesas pré-operacionais Despesas com aluguel	(114)	(-)
Total	(429)	(-)

d) Remuneração dos administradores e benefícios de pós-emprego

Anualmente, em Assembleia Geral Ordinária, é fixado o montante global da remuneração dos membros do conselho de administração e da diretoria do Grupo, visto que não existe remuneração específica para os administradores da Dufrio Financeira, Crédito, Financiamento e Investimentos S.A., além daquela deliberada na Assembleia do Grupo.

Até 30 de junho de 2022, não ocorreu qualquer deliberação quanto a benefícios pósemprego e remuneração de administradores. Para o semestre findo em 30 de junho de 2022 os diretores que estão atuando na Financeira receberam um total de R\$ 309 à título de remuneração e encargos no formato CLT (R\$ 218 em 30 de junho de 2021).

8. Outros passivos

A composição dos outros ativos e outros passivos é assim demonstrada:

	30/06/2022	31/12/2021
Fornecedores a pagar	(82)	(120)
Total de outros passivos	(82)	(120)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 30 de junho de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Imobilizado de uso e intangível

	31/12/2021		30/0	06/2022		
Imobilizado	Líquido	Aquisição	Baixas	Depreciação Acumulada	Líquido	Taxa Depreciação
Computadores e Periféricos	53	-	-	(6)	46	20%
Total	53	-	-	(6)	46	_
Intangível	Líguido	Aguisição	Baixas	Amortização Acumulada	Líquido	Taxa Amortização
	•		Биглио	710411141444		

10. Fiscais e previdenciárias

	30/06/2022	31/12/2021
Fiscais		
Pis, Cofins e CSLL retido de terceiros	(5)	(4)
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	(5)	(35)
Pis a recolher	(6)	(5)
Cofins a recolher	(35)	(30)
IOF a recolher de crédito	(62)	(42)
Previdenciárias		
FGTS	(3)	(8)
Contribuição sindical	(19)	(19)
Instituto nacional do seguro social - INSS	(14)	(29)
Total	(149)	(172)

11. Provisão para pagamentos a efetuar

	30/06/2022	31/12/2021
Provisão de férias	(86)	(142)
Provisão 13 Salário	(25)	
Provisão para gratificação semestral	(66)	(67)
Total	(177)	(209)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Depósitos a prazo

O saldo de depósitos a prazo é composto, principalmente, por Depósito a Prazo com Garantia Especial do FGC (DPGE) e Depósitos Interfinanceiros (DI) nos quais: 85% da carteira (DPGE) é indexada à taxa de juros pré-fixada, variando de 2,30 % a 2,50 % ao ano; e 15% da carteira (DI) é indexada com a taxa de remuneração 100% do CDI + 2,45% ao ano.

		31/12/2021	31/12/2021	
DI - Depósito Interfinanceiro		(8.169)	(10.330)	
RDB		(1)	(1)	
DPGE		(32.468)	(30.461)	
Total circulante		(40.638)	(40.792)	
Total		(40.638)	(40.792)	
		30/06/2022		
	Vencimento até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	TOTAL
DI – Deposito Interfinanceiro	5.116	2.923	-	8.169
RDB	-	1	-	1
DPGE II		32.468	<u> </u>	32.468
Total	5.116	35,392	_	40.638

13. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 30 de junho de 2022, o capital social total é de R\$ 30.000 (R\$ 10.000 em 31 de dezembro de 2020), de acionistas domiciliados no país.

No primeiro semestre de 2021 foi autorizado, em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 08 de junho de 2021, o aumento do capital social no valor de R\$ 20.000 mediante a emissão de 25.000.000 (vinte e cinco milhões) de novas ações, todas elas sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 0,80 (oitenta centavos de real) por ação, fixado de acordo com o critério de valor do patrimônio líquido nos termos do art. 170, II da Lei nº 6.404/76, sendo 12.500.000 (doze milhões e quinhentas mil) Ações Ordinárias Nominativas e 12.500.000 (doze milhões e quinhentas mil) Ações Preferenciais Nominativas.

Este aumento de capital foi homologado pelo BACEN em 29 de julho de 2021 e publicado no Diário Oficial da União em 02 de agosto de 2021.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 30 de junho de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Patrimônio líquido--Continuação

b) Reservas

- Legal: é constituída à base de 5% sobre o lucro líquido do exercício (quando houver), limitada a 20% do capital social.
- Estatutária: é constituída com base no lucro líquido não distribuído após todas as destinações, permanecendo o seu saldo acumulado após o encerramento do exercício, para: (i) incorporação ao capital social; (ii) retenção; (iii) distribuição de dividendos aos acionistas; ou (iv) compensação de eventuais prejuízos. A presente reserva terá como limite 80% do valor do capital social.

Como a Financeira ainda não apresentou resultados positivos não foram constituídas as respectivas reservas até o exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

c) Dividendos

Há a previsão de distribuição de no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado de cada exercício, conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações, porém conforme seu estatuto, esse dividendo não será obrigatório no exercício social em que a administração o julgar incompatível com a situação financeira da empresa, podendo a Diretoria propor à Assembleia Geral Ordinária que se distribua dividendo inferior ao obrigatório ou nenhum dividendo.

14. Receitas e despesas da intermediação financeira

Apresentamos abaixo a composição das receitas e despesas da intermediação financeira:

a) Receitas com operações de crédito

	30/06/2022	30/06/2021
Rendas de empréstimos	483	237
Rendas de direitos creditórios descontados	111	63
Rendas de financiamentos	7.029	1.548
Total	7.623	1.848

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 30 de junho de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Receitas e despesas da intermediação financeira--Continuação

b) Receitas com aplicações interfinanceiras de liquidez

	30/06/2022	30/06/2021
Rendimentos de fundo de investimentos	321	-
Total	321	-

c) Despesas com intermediação financeira

	30/06/2022	30/06/2021
Depósitos interfinanceiros	(641)	(27)
Depósitos a prazo (RDB, CDB e DPGE)	(2.008)	(686)
Despesas contribuição ao FGC	(57)	(49)
Total	(2.706)	(762)

15. Despesas de pessoal

	30/06/2022	30/06/2021
Ressarcimento de despesas do Grupo Dufrio Proventos Encargos sociais	(290) (312) (217)	(361) (159)
Férias e 13º salários	(74)	(74)
Gratificações	(97)	(101)
Programa de alimentação ao trabalhador	(75)	(84)
Outros	(19)	(25)
Total	(1.084)	(804)

16. Despesas gerais e administrativas

	30/06/2022	30/06/2021
Comunicações	(7)	(6)
Despesas de honorários	(241)	(61)
Processamento de dados	(605)	(308)
Ressarcimento de despesas de aluguel do Grupo Dufrio	(118)	· · ·
Despesas bancárias	(65)	(58)
Serviços técnicos especializados	(172)	(225)
Viagens	(17)	(23)
Depreciações e amortizações	(23)	(21)
Outras despesas administrativas	(3)	(8)
Total	(1.251)	(710)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 30 de junho de 2022 (Em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)

17. Despesas tributárias

	30/06/2022	30/06/2021
PIS	(210)	(7)
COFINS	(34)	(45)
otal	(244)	(52)

18. Outras despesas operacionais

	30/06/2022	30/06/2021
Tarifas e taxas bancárias Outras despesas operacionais	(57) (11)	(46) (3)
Total	(68)	(49)

19. Estrutura de gerenciamento de risco

A estrutura de gerenciamento de riscos e de capital da Dufrio CFI possibilita o gerenciamento individualizado de cada risco, como também a identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos efeitos adversos resultantes das interações entre os riscos de acordo com a Resolução 4.557/2017 de Conselho Monetário Nacional.

A Financeira está enquadrada no Segmento ("S5"), com estrutura simplificada de gerenciamento contínuo de riscos e compatível com o modelo de negócio, com a natureza das operações e complexidade dos produtos, serviços, atividades e processos da Instituição.

O processo de gerenciamento de riscos é realizado por Políticas que estabelecem as diretrizes a serem observadas, e monitorado através de relatórios apresentados à Diretoria, abrangendo os riscos de crédito, liquidez, operacional e socioambiental.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 30 de junho de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Estrutura de gerenciamento de risco--Continuação

- (a) Risco de crédito: define-se o risco de crédito como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento das obrigações assumidas pelo tomador do recurso, do garantidor ou do emissor do título; desvalorização e redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador; reestruturação de instrumentos financeiros, ou seja, renegociação que conceda vantagens à contraparte em decorrência da deterioração da sua qualidade creditícia ou da qualidade creditícia do interveniente ou do instrumento mitigador, e os custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos.
- (b) Risco de liquidez: define-se o risco de liquidez como a possibilidade da Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e a possibilidade de a Instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.
- (c) Risco operacional: define-se o risco operacional como a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas, incluindo o risco legal associado à inadequação ou deficiência dos contratos firmados, e as sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais ou indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Instituição.
- (d) Risco socioambiental: define-se risco socioambiental como a possibilidade de ocorrência de danos ambientais definidos na Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA), nos termos da Resolução n° 4327/2014 do CMN.
- (e) Gerenciamento de Capital: O gerenciamento de capital é o processo contínuo e prospectivo de planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição. Devem ser estabelecidos mecanismos para o monitoramento do capital, bem como, a avaliação frequente da necessidade de capital diante de eventuais riscos a que a Instituição está sujeita.

O objetivo da gestão de riscos de capital será manter a Instituição alinhada à estratégia de riscos aprovada pela Diretoria Financeira Operacional, visando monitorar e controlar o capital mantido pela Instituição, avaliando a necessidade de capital perante os riscos a que a Instituição está sujeita.

Para o cálculo do requerimento mínimo de capital, apura-se o montante total dos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA), pela soma das parcelas dos ativos ponderados pelos riscos de crédito, de mercado e operacional.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 30 de junho de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Limite operacional (acordo da Basiléia)

Em 30 de junho de 2022, a Financeira encontrava-se enquadrada nos limites de capital estabelecidos pelos normativos em vigor.

A partir de 1º de outubro de 2013 a Resolução CMN nº 4.193/13 instituiu nova forma de apuração. O Índice de Basiléia em 30 de junho de 2022 foi apurado em 48,57% tal índice inclui o valor do aumento de capital social de R\$ 20.000 em período de aprovação e liberação pelo BACEN.

A Financeira possui Patrimônio de Referência (PR) acima do mínimo exigido de 16,25% para o Patrimônio de Referência Exigido (PRE), composto pela exposição aos riscos de mercado, crédito e operacional, conforme Resoluções nº 3.444/07 e nº 3.490/07 do CMN e demais normativos complementares. Ainda, possui PR suficiente para suportar também a exposição referente ao risco de mercado das operações da carteira de não-negociação, de acordo com a Circular nº 3.365/07 do BACEN e demais normativos pertinentes.

Dagoberto Artêmio Zanon Diretor Presidente

Anderson Ayres Bolzani Ribeiro Diretor Financeiro

Rodrigo Hepfner Contador CRC/RS-101671/O